

Verbetes Metodológico

Entrevista com elites

Débora Thomé¹ 

¹Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: debora.costa@fgv.br

DOI: 10.17666/ebcs.2026.046

PREÂMBULO

A entrevista com elites é uma técnica de produção de dados qualitativos cuja especialidade e especificidade advêm precisamente do fato de que as pessoas entrevistadas são categorizadas como elites; ou seja, o que dá propriedade a essa ferramenta é o grupo que está sendo objeto de análise. Trata-se de entrevistas feitas com pessoas pertencentes às elites em razão da família à que pertencem, do patrimônio que detêm ou do cargo que ocupam. Tais grupos interessam à pesquisa pois detêm enorme capacidade de influenciar decisões coletivas. Pode-se afirmar que a entrevista com elites foi desenvolvida para responder a perguntas sobre processos decisórios pouco documentados, sobre os quadros interpretativos que orientam a ação de quem decide e sobre articulações entre setores do poder que não se deixam apreender por registros públicos. Este verbete trata das origens da técnica e de seus fundamentos epistemológicos, da lógica que governa suas principais decisões de desenho, dos vieses de seleção e de resposta que lhe são característicos, de exemplos de aplicação no Brasil e no exterior e dos debates contemporâneos sobre entrevista remota, transparência e confidencialidade.

SUMÁRIO

1. Histórico e fundamentos epistemológicos
2. Procedimentos principais
3. Vantagens, limites de validade e críticas conhecidas
4. Exemplos de aplicação em ciências sociais
5. Debates contemporâneos e variações
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 01/10/2026

Editor(a) responsável: Adriano Codato



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 046 - 2026

1. Histórico e fundamentos epistemológicos

1.1. Especificidade da técnica

A despeito das muitas críticas que se possam ter, entre as quais se incluem a desejabilidade presente nas respostas dos entrevistados e as possíveis falhas na memória e vieses, que prejudicariam as “verdades” das vivências narradas, a entrevista como instrumento de compreensão da realidade ainda é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras em Ciências Sociais. Isso ocorre não apenas pela facilidade de realização, como também pelo volume de informações que pode ser extraído em pouco tempo. Entrevistas também permitem aprofundamento e maior nuance nos dados captados, auxiliando, em alguns casos, investigações que buscam, para além das relações causais, entender melhor os mecanismos e as preferências.

Entrevistas com elites costumam ser realizadas com roteiros estruturados, semiestruturados ou são categorizadas como entrevistas em profundidade, de maior duração, cujo roteiro costuma ser delineado ao longo da própria entrevista. Entrevistas não são a única forma de pesquisar elites; a etnografia e a prosopografia vêm também sendo bastante aplicadas, mas, em ampla medida, essa tem sido uma das técnicas mais utilizadas para estudar o comportamento e a preferência de tal grupo social.

Entrevistas com elites trazem em si, também, a característica de inverter a assimetria habitual desse tipo de ferramenta. Se em entrevistas com outros grupos, pesquisadores costumam deter o poder, ao controlar as perguntas e por serem quem supostamente carrega o conhecimento, quando se trata de elites, são elas quem controlam a disponibilidade de tempo, a disposição para conceder a entrevista e a própria abertura para fornecer informações. Isso acaba impactando de forma direta o desenho amostral, a formulação do instrumento e a validade das inferências.

1.2. Origens: da teoria das elites à pesquisa empírica

Sob os auspícios de Pareto, Mosca e Michels, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, ganhou corpo a teoria das elites, que partia da premissa de que toda organização social produz um grupo restrito em posição de comando. Ainda que esses autores tenham avançado teoricamente na discussão da relevância das elites, em contraposição a uma democracia de poderes de representação iguais para todos, nenhum deles se deteve especificamente no problema prático de gerar informação sobre esse grupo.

A entrevista com elites nasce a partir da necessidade de mensuração e melhor compreensão da premissa teórica enfatizada pelos três autores: se as sociedades sempre serão governadas por uma elite, para analisar os governos e suas decisões, é necessário entender quem é e o que pensa essa elite que controla o poder.

Os primeiros trabalhos a tratar a entrevista com elites como problema metodológico próprio surgiram na ciência política norte-americana. Robinson (1960) documentou, a propósito de parlamentares dos Estados Unidos, uma miríade de problemas práticos que a posição de poder de quem responde produz: recusa, repasse à assessoria, resposta curta,

deslocamento do tema. Dexter (1970) definiu a entrevista com elites menos pelo *status* de quem é entrevistado do que pelo tratamento não padronizado que ele recebe, cabendo ao ator pesquisador definir a situação e indicar o que é relevante; o livro tornou-se texto de referência sobre a técnica. Aberbach et al. (1981) investigaram como se dividem, nas democracias ocidentais, os papéis de políticos e de burocratas de alto escalão, e se a distinção clássica entre quem decide politicamente e quem executa tecnicamente correspondia ao modo como esses atores entendiam o próprio trabalho.

No Brasil, a assimetria entre teorizar sobre elites e pesquisá-las empiricamente foi particularmente marcada. A tradição intelectual que interpretou o país a partir de suas classes dirigentes, do coronelismo ao patrimonialismo, conviveu por décadas com produção escassa sobre como acessar tais grupos, como em “As elites políticas: questões de teoria e método”, de 2023, publicado por Renato Perissinotto, Luiz Domingos Costa e Lucas Massimo. As exceções são reveladoras. Cardoso, em sua tese de livre-docência na Universidade de São Paulo (USP), de 1963, “Empresário industrial e o desenvolvimento econômico do Brasil”, combinou entrevistas estruturadas e abertas com empresários industriais paulistas; McDonough em 1981, no artigo “*Mapping an authoritarian power structure: Brazilian elites during the Médici regime*”, publicado na *Latin American Research Review*, construiu, ainda sob a ditadura militar, uma amostra por bola de neve abrangendo governo, parlamento, sindicatos, igreja e empresariado; Elisa Reis, a partir do fim dos anos 1980, articulou *surveys* e entrevistas semiestruturadas com elites de diferentes setores (Reis & Moore, 2005).

1.3. Quem é elite: conceituação e métodos de identificação

Pesquisar elites exige, antes de qualquer decisão de campo, um trabalho de conceituação: é preciso estabelecer quem compõe o grupo cujas trajetórias, percepções ou decisões se pretende conhecer. Essa definição não é fornecida pelo objeto, mas construída em função da pergunta de pesquisa. Na tradição clássica, o termo carregava atributos de capacidade, personalidade e habilidade pessoais. Pareto, em obra originalmente publicada em 1916, “*The mind and Society*”, distinguiu as elites entre as que se assemelham ao leão, que dominam pela força, e as que se assemelham à raposa, que dominam pela persuasão e pela astúcia, em analogia explícita à filosofia política de Maquiavel. Mosca, em “*The ruling class*”, de 1896, adotou perspectiva mais materialista, ainda que também recorresse a noções de superioridade intelectual e moral da classe dirigente. A ciência social contemporânea deslocou o eixo dessas definições dos atributos individuais para as posições e os recursos: elites passam a ser entendidas como atores que ocupam posições-chave e se articulam por meio de redes de poder – como é o caso de “*How do elites define influence? Personality and respect as sources of social power*”, publicado por Yamokoski e Dubrow, em 2008, na *Sociological Focus* –, que controlam recursos materiais ou simbólicos (Reis & Moore, 2005) e que, por isso, dispõem de capacidade pessoal de influenciar decisões políticas de modo recorrente, segundo Higley e Burton, em 2006, em “*Elite foundations of liberal democracy*”, e Hoffmann-Lange (2007).

À primeira vista, tal definição pode parecer próxima da noção marxista de classe dominante, ancorada na propriedade dos meios de produção. A diferença é de fundamento. O conceito de poder mobilizado pelos estudos de elites é de matriz weberiana e não parte de

pressupostos econômicos, mas políticos, o que produz duas consequências metodológicas imediatas. A primeira é de escala: as populações de interesse delimitadas por pesquisadoras e pesquisadores de elites são muito menores do que qualquer classe social, o que viabiliza estratégias de coleta impraticáveis em outros desenhos. A segunda é de critério: como o foco recai sobre relações de poder, a identificação das elites costuma ser feita a partir da estrutura organizacional de instituições de tipos diversos: partidos políticos, burocracia estatal, empresas públicas e privadas, sindicatos, movimentos sociais, igrejas, meios de comunicação.

O problema metodológico que daí decorre foi formulado no debate norte-americano sobre poder comunitário, nas décadas de 1950 e 1960, e permanece a matriz das discussões atuais. Codato (2015) remonta esse caminho, descrevendo que Hunter, em “*Community power structure*”, de 1953, propôs identificar as elites pela reputação, perguntando a informantes bem posicionados quem consideravam influente na comunidade; enquanto Dahl, em 1961, em “*Who governs?*”, contestou o procedimento, argumentando que Hunter mediria percepções e não poder efetivo. Mills, em 1956, em “*The power elite*”, por sua vez, derivou a composição da elite da estrutura de posições ocupadas no topo das grandes organizações.

As três estratégias implicam entrevistas de naturezas distintas: a reputacional pergunta sobre terceiros, a decisional reconstrói episódios, a posicional interroga ocupantes de cargos independentemente de sua atuação em qualquer decisão específica. A primeira questão epistemológica da técnica, portanto, não é como perguntar, mas a quem perguntar e com que fundamento.

Os três métodos podem ser comparados, a partir de dois eixos: a natureza dos recursos de poder que pressupõem e o tipo de envolvimento no processo decisório que tomam como critério de inclusão (Codato, 2015). O método posicional, sistematizado por Hoffmann-Lange (2007) como padrão dominante da pesquisa comparada, define o poder como capacidade formal de decisão, cujas fontes são as posições ocupadas nas organizações, e opera pela listagem prévia das instituições mais influentes de um país e pela identificação, no interior de cada uma, das principais posições de comando. O método decisional pressupõe recursos de poder contingentes, dependentes de relações de força cambiantes entre uma pluralidade de grupos, e inclui atores políticos influentes independentemente de deterem autoridade formal sobre a tomada de decisões. O método reputacional identifica indivíduos cujo prestígio pessoal, socialmente reconhecido, faz com que suas preferências sejam levadas em conta na decisão política.

Cada um desses métodos (posicional, decisional e reputacional) carrega limitações: o posicional é replicável e comparável, mas presume que a posição equivale ao poder; o decisional afere influência efetivamente exercida, mas depende da seleção das decisões observadas e tende a ignorar a agenda que não chega a ser decidida; o reputacional capta influência informal, mas reproduz os vieses de percepção dos próprios informantes. Não há, portanto, método único, e a escolha depende do foco de interesse da pesquisa.

Além disso, nenhum desses procedimentos resolve o problema da fronteira, isto é, nenhum oferece critério objetivo para determinar quem está dentro e quem está fora da elite. O limite acaba sendo discricionário e fixado por decisão de quem pesquisa, como explicado em mais detalhes na seção 2.

Como fica evidente, a elite acaba sendo uma construção teórica, o que reforça a necessidade de se explicitar, nas idas ao campo, como foram determinadas as categorias para se chegar a uma elite específica e como ela foi delimitada. Em pesquisas sobre elites nacionais brasileiras, realizadas com alguma frequência, a elite de interesse já foi definida como o conjunto de parlamentares, ocupantes de cargos comissionados no governo federal e presidentes, CEOs ou CFOs (*Chief Executive Officer* e *Chief Financial Officer* em inglês, respectivamente) de empresas, elites subnacionais e assim em diante, como pode ser visto em Power & Zucco (2012), Thomé et al. (2025), em “A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama”, de Lopez, publicado em 2004 na *Revista de Sociologia e Política*, e em “A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política”, de Costa, publicado em 2012 na *Opinião Pública*.

2. Procedimentos principais

A lógica da entrevista com elites se organiza em torno de quatro decisões interdependentes, cuja articulação determina o tipo de inferência que a pesquisa poderá sustentar.

A primeira é a delimitação da população. Antes de qualquer decisão sobre roteiro ou abordagem, é preciso estabelecer conceitualmente qual elite se quer pesquisar para, só depois, partir para a empiria. O método posicional, por exemplo, exige listar as instituições consideradas mais influentes e, dentro delas, identificar as posições de comando. Nesse caso, a dificuldade está principalmente no ponto de corte: as dez maiores empresas, as cem, as quinhentas; apenas o cargo de presidência ou também a diretoria e o conselho; todos os dirigentes partidários ou apenas os eleitos; todos os parlamentares ou apenas quem preside comissões? Não existe critério objetivo que resolva essas escolhas e a estratégia mais adequada depende do foco de interesse da pesquisa. O que a técnica exige é que a fronteira seja explicitada e justificada em função da questão de pesquisa, porque é ela que define o universo sobre o qual qualquer afirmação posterior poderá ser feita. É preciso ter em mente que populações definidas por reputação (método reputacional) ou por participação em decisões específicas (decisional) produzem amostras diferentes e, portanto, sustentam conclusões diferentes.

A segunda decisão é a de amostragem. De acordo com López (2023) e com seu capítulo intitulado “Tipos de amostragem e taxa de resposta entre elites brasileiras”, publicado no livro organizado por Thomé et al. (2025), “Como pesquisar elites no Brasil”, a possibilidade de realizar um sorteio, aleatorizando nomes a partir da lista de posições, não deve ser descartada, pois protege a inferência, mesmo exigindo um processo de registro por parte dos pesquisadores que detalhe aceites e recusas, para que a taxa de resposta seja calculável. A amostragem por bola de neve, por outro lado, reduz o custo de acesso, mas reproduz a rede de relações de quem pesquisa e desloca sistematicamente a composição da amostra na direção do que é socialmente acessível. A escolha entre as duas depende da pergunta de pesquisa: quando o objetivo é reconstruir um processo decisório, a amostra em bola de neve,

orientada pela posição do ator no processo, pode ser uma opção; quando o objetivo é caracterizar distribuições de opinião ou de perfil em uma população de elite, a aleatorização é condição da inferência.

Essa escolha se relaciona com o modo como a pessoa entrevistada é tratada; como informante ou como respondente. No primeiro registro, o relato é evidência sobre fatos externos a ele, e sua validade depende de corroboração documental ou de convergência entre relatos independentes; a entrevista funciona como fonte para o rastreamento de processos (*process tracing*) e a atribuição de mecanismos causais, o que justifica amostragens não probabilísticas orientadas pelo lugar do ator no processo investigado (Tansey, 2007). No segundo registro, o relato é evidência sobre interpretações, justificativas e percepções de quem o produz, e sua veracidade factual deixa de ser uma questão fundamental. Não diferenciar os dois registros na realização do campo é um risco comum nas entrevistas com elites e compromete a qualidade do dado.

Quando se trata de elites, mesmo que o modelo da amostra seja de bola de neve, o acesso costuma ser sempre mediado. Salvo raras exceções, não se chega diretamente à pessoa entrevistada, mas a quem administra sua agenda (secretárias, chefias de gabinete, assessorias de comunicação e de imprensa etc.). Essas posições de intermediação, ainda que subordinadas na hierarquia, exercem poder efetivo sobre o que entra na agenda e, portanto, sobre a pesquisa, funcionando como *gatekeepers* do processo, dizem Reghim e Caruso, em 2025, no capítulo “Relações de gênero entre pesquisadoras(es) e intermediárias(os) das elites”, no livro “Como pesquisar elites no Brasil”. Multiplicar os canais de contato (correio eletrônico institucional, telefone, aplicativos de mensagem, redes sociais profissionais, assessorias de imprensa, contatos comuns) aumenta as chances de se conseguirem as entrevistas e a afiliação institucional de quem convida costuma pesar mais do que o conteúdo do convite. O conhecimento prévio sobre a pessoa entrevistada, sua trajetória, seus votos, suas declarações públicas funcionam tanto como condição de credibilidade no momento da abordagem, quanto como condição de profundidade no momento da entrevista.

A terceira decisão diz respeito ao instrumento e à condução. Elites tendem a resistir a categorias fechadas, que percebem como redução indevida de sua capacidade de elaborar, e a formalização excessiva do questionário muitas vezes produz irritação, respostas de conveniência e, no limite, interrupção, como identificam Caldas, Rodrigues e Souza, em 2025, no capítulo “‘Quem está embaixo considera elite, mas quem está acima, não’: reflexões do campo a partir de um estudo com elites da burocracia no Brasil”. Por outro lado, a comparabilidade entre pessoas entrevistadas, entre setores e entre ondas de uma mesma pesquisa exige algum grau de padronização. Uma das soluções que se tornou convencional na área, formulada por Aberbach e Rockman (2002), combina perguntas abertas, aplicadas do mesmo modo a todas as pessoas entrevistadas, com a codificação das respostas em etapa posterior. Na prática, quando se trata de respondentes, o instrumento mais frequentemente utilizado é o roteiro semiestruturado com núcleo estável, no qual um conjunto reduzido de perguntas é formulado de maneira idêntica para todas as pessoas entrevistadas, enquanto o restante da conversa acompanha assuntos que podem surgir ao longo da troca.

Quanto à opção de questionários fechados, Moraes Silva e Thomé, no capítulo “Entrevistando CEOs: estratégias para furar a bolha da elite econômica”, de 2025, observam

que seu uso na pesquisa com elites traz a vantagem do controle do tempo, recurso especialmente escasso nessas entrevistas, e a desvantagem de limitar a conversa a temáticas previamente estabelecidas com interlocutores que teriam muitas informações a dar. A frustração de quem responde a um questionário provavelmente não difere muito entre elites e cidadãos comuns; entretanto, integrantes da elite tendem a manifestar essa frustração. No sentido oposto de Aberbach e Rockman (2002), as autoras apontam uma vantagem do formato fechado, que obriga a pessoa entrevistada a se posicionar em categorias predefinidas, ainda que imperfeitas, sobre assuntos que a resposta aberta permitiria contornar, como temas sensíveis relacionados a raça e democracia. Além disso, quem responde passa a ter mais controle sobre como suas respostas serão categorizadas, já que isso não é delegado a quem pesquisa.

Nesse processo, entrevistas pedem atenção constante ao fraseamento das questões, as quais devem ser claras, utilizar vocabulário neutro sempre que possível e ordenadas de forma a reduzir possíveis vieses que contaminem toda a entrevista. Assim, devem-se evitar perguntas com duplo condicionante, aquelas que embutem pressupostos induzindo a respostas; perguntas que revelam a posição de quem pergunta. Temas sensíveis devem estar ao fim da entrevista. Na condução, entende-se que é fundamental a escuta ativa, a suspensão do julgamento e a inserção de perguntas de aprofundamento diante de respostas vagas.

A quarta decisão envolve o registro e o trabalho posterior à entrevista. A gravação depende de autorização ética e do consentimento informado da pessoa entrevistada. Ainda assim, a anotação manual deve ser feita para garantir impressões que o pesquisador teve no momento da conversa. Sempre que possível, é interessante formular um relatório pós-entrevista, que deve ser padronizado e preenchido imediatamente após o encontro, com descrição do clima da interação, interrupções, questionamentos ao instrumento, mal-entendidos e sugestões. O relatório permite transformar as condições de produção do dado em material analisável também, trazendo perspectivas que, muitas vezes, não estavam previstas no desenho original, como explicitado em “Entrevistando elites – sobre a cozinha do trabalho de campo”, de Thomé e Silva-Muller, em 2025.

Por fim, a transcrição, a revisão, a codificação e a análise temática são feitas a partir das informações coletadas nas entrevistas. Nessa etapa, é necessário que se busquem padrões e regularidades no conjunto do material, evitando o excesso de foco no exemplo extremo, isto é, a atribuição de peso analítico ao depoimento mais chocante em detrimento do mais recorrente.

3. Vantagens, limites de validade e críticas conhecidas

A vantagem específica da entrevista com elites é que ela permite o acesso a informação que, em geral, não está disponível em outro lugar. Processos de negociação informal, critérios efetivos de decisão, articulações entre setores, motivações declaradas e justificativas de escolhas raramente deixam registro documental, e quando deixam, o registro é feito já com um viés para consumo público. A técnica permite ainda reconstruir sequências causais a partir de observações de processo fornecidas por quem foi participante decisório, além de

caracterizar as narrativas construídas a partir da ação de quem decide, dimensão mais difícil de capturar quando se utilizam outros métodos.

No entanto, ainda que as entrevistas com elites deem acesso a informações nem sempre capturáveis de outras formas, há uma série de limitações reconhecidas. As primeiras dizem respeito aos limites de inferência da técnica. Ela não é capaz de sustentar afirmações sobre distribuição ou frequência de preferências em uma população, salvo quando articulada a um desenho amostral probabilístico. Também não acessa aquilo que os próprios atores desconhecem sobre as condições de sua ação, o que é particularmente relevante quando a pergunta de pesquisa envolve efeitos não intencionais ou limitações estruturais. É ainda frágil para atribuir causas de decisões coletivas a partir de relatos individuais, uma vez que cada participante tende a reconstruir o processo a partir de sua própria posição nele.

Um segundo conjunto de limitações está diretamente relacionado ao viés de seleção por não resposta. As taxas de recusa variam entre setores da elite e dentro do próprio grupo específico da elite; assim, pessoas com determinadas características, tais como ser de esquerda, ser próxima à academia ou ser mulher, tendem a responder com mais frequência, enviesando a amostra, como informa López, em “Tipos de amostragem e taxa de resposta entre elites brasileiras”, de 2025.

Uma vez que a comunidade de pesquisa em Ciências Sociais costuma ser, em média, mais à esquerda do que as elites que estuda, essa distância acaba produzindo efeitos contrastantes: por um lado, aumenta a probabilidade de recusa por parte de segmentos que percebem a academia como adversária e, por outro, aumenta a taxa de aceite por setores da esquerda. Tais vieses acabam por sobrerrepresentar determinados grupos na amostra.

Um terceiro conjunto de limitações incide sobre o conteúdo das respostas. A própria desejabilidade presente nas entrevistas pode acabar mascarando percepções reais das elites sobre determinados assuntos: as pessoas dão suas respostas com base no que consideram ser adequado para agradar aquele entrevistador. A isso se soma o viés de resposta preparada, uma vez que muitos integrantes de elites recebem treinamento formal para responder a perguntas (como *media trainings*) e são acompanhados por profissionais especializados. O resultado é que, muitas vezes, a entrevista pode acabar refletindo o discurso público da posição, e não as preferências reais da pessoa que ocupa a posição. Soma-se ainda o viés de reconstrução retrospectiva, pela qual decisões tomadas em condições de incerteza são narradas com coerência e intencionalidade que não possuíam no momento em que foram tomadas.

Por fim, é importante mencionar o viés de conjuntura e de contexto de aplicação. Períodos eleitorais, crises institucionais e emergências sanitárias alteram simultaneamente o acesso e o conteúdo das respostas, e decisões de aplicação aparentemente logísticas têm efeito sobre a natureza do dado. Por exemplo, entrevistar parlamentares nos corredores do Congresso, entre uma comissão e outra, resolve o problema de agenda, no entanto, as respostas são mais curtas e menos elaboradas do que as obtidas em gabinete com hora marcada.

Críticas metodológicas mais substantivas à técnica se concentram em dois pontos. O primeiro, formulado por Berry (2002), é o do crédito excessivo concedido ao relato de elite, cuja fluência e cuja autoridade aparente desestimulam a verificação. Já Harvey (2011) levanta

a questão ética da dificuldade de se manter o anonimato, uma vez que a posição institucional identifica a pessoa.

4. Exemplos de aplicação em ciências sociais

Além das inúmeras pesquisas desenvolvidas pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (s.d.), na Universidade Federal do Paraná, e do *Brazilian Legislative Survey* (BLS), estudo com deputados federais brasileiros realizado desde os anos 1990 e atualmente coordenado por Power e Zucco (2012), outro grande estudo com elites que faz uso das entrevistas são as várias ondas conduzidas por Elisa Reis a partir do final dos anos 1980. Elas oferecem um dos exemplos mais consolidados de pesquisa com elites no Brasil (Reis & Moore, 2005).

O estudo de Elisa Reis partiu da pergunta sobre em que condições as elites passariam a perceber a desigualdade como problema que lhe diz respeito e a apoiar políticas para enfrentá-las. A pesquisa opta por uma definição posicional de elite, com uma amostra nacional abrangendo governo, parlamento e empresariado, e o desenho de pesquisa começava com um questionário seguido de entrevistas em profundidade junto ao mesmo universo. O principal achado foi que as elites reconheciam a desigualdade como problema grave do país, mas atribuíam a responsabilidade por elas sobretudo ao Estado e apontavam a educação como solução preferencial, sem se perceberem como parte do problema ou de sua solução. O estudo iniciado foi replicado algumas vezes, contemplando também um modelo comparado, que incluía países tais como o Uruguai e a África do Sul.

No plano internacional, o *Proyecto Elites Parlamentarias Latinoamericanas* (PELA-USAL, s.d.), da *Universidad de Salamanca*, mostra como a entrevista com elites pode acabar ganhando uma escala comparada. Desde 1994, o projeto entrevista, a cada legislatura, amostras de parlamentares de dezoito países, com o objetivo de mapear suas trajetórias, posições ideológicas e preferências programáticas. A definição de elite é posicional e a decisão metodológica central é o uso de um questionário fechado e padronizado, ajustado a cada contexto nacional. No total, o banco dispõe de mais de 8.700 entrevistas, de acesso público, que se tornou referência para os estudos sobre representação na região.

Outro exemplo, nos Estados Unidos, “*Home style: House members in their districts*”, de Richard Fenno (1978), é uma referência clássica de pesquisa qualitativa com entrevistas com elites políticas. Ao longo de quase oito anos, Fenno acompanhou dezoito membros da Câmara dos Representantes em seus distritos, combinando observação direta e conversas com parlamentares e eleitores. O estudo mostrou que os representantes distinguem diferentes círculos de eleitores, dos quais procuram conquistar confiança e apoio, construindo uma imagem pessoal que frequentemente contrasta com a percepção negativa do Congresso, estabelecendo um novo paradigma para os estudos de Ciência Política. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa também permite discutir os desafios do acesso prolongado às elites políticas e suas possíveis implicações para a autonomia crítica do pesquisador.

5. Debates contemporâneos e variações

Com o avanço tecnológico e o incremento das atividades on-line, também em decorrência da pandemia de Covid-19, um dos temas contemporâneos mais relevantes quando se trata de entrevista com elites diz respeito à realização de entrevistas remotas.

A necessidade imposta pela emergência sanitária tornou rotina o formato que, na prática, reduz custos e restrições geográficas, além de facilitar o agendamento junto a agendas cheias, o que tende a facilitar as taxas de aceite. Ao mesmo tempo, a mudança alterou a interação, deslocando o encontro do ambiente de trabalho para o doméstico, encurtando, de certa forma, a duração tolerada e dificultando a construção de familiaridade e de captura de informações contextuais que a presença física oferece. Eggeling, no artigo “*Embracing the ‘inverted commas’, or how COVID-19 can show us new directions for ethnographic ‘fieldwork’*”, de 2023, publicado na *Qualitative Research*, argumenta que a experiência pode trazer pontos positivos ao desafiar pressupostos que já estavam consolidados sobre o que constitui trabalho de campo, já Krause e demais coautores, no artigo “*COVID-19 and fieldwork: Challenges and solutions*”, de 2021, publicado na *PS: Political Science & Politics*, enquadram a questão como um problema de equilíbrio de riscos entre quem pesquisa e quem é pesquisado, aplicável a qualquer contexto, e não apenas ao sanitário. Na prática, em geral, como elites não dispõem de tempo, elas tendem a preferir ser entrevistadas em formatos que as poupem de deslocamento e longas horas.

Um segundo debate diz respeito à transparência e confidencialidade. O movimento por transparência em pesquisa qualitativa, com propostas de depósito de transcrições e de citação ativa das fontes, entra em conflito direto com as garantias de sigilo que viabilizam a entrevista com elites. No caso das entrevistas com elites, diferentemente do que ocorre com populações numerosas, a anonimização por supressão de nome é insuficiente quando a posição institucional é ela mesma identificadora.

Um terceiro ponto é a discussão sobre a substituição parcial da entrevista por informações discursivas disponíveis publicamente, tais como pronunciamentos, entrevistas jornalísticas, participações em *podcasts*. Esses registros são abundantes e dispensam negociação de acesso, mas foram produzidos para audiências específicas e não permitem formular a pergunta que interessa a quem pesquisa. Ainda que, em um contexto de aumento dos *gatekeepers*, ter um material já disponível possa facilitar a pesquisa, eles acabam funcionando melhor como base de preparação e como material de triangulação do que como substituto. Com a chegada dos produtos de Inteligência Artificial, a transcrição automática de alta qualidade alterou a economia de tempo de análise das entrevistas, ao custo de dois problemas ainda pouco discutidos: o envio de material identificável de elites a serviços de terceiros e a perda do contato próximo com as entrevistas.

Seja qual for o formato, a posição de poder de quem responde continua sendo o traço que define a entrevista com elites. Sendo assim, registrar, explicitando as escolhas e as condições do campo, segue sendo a principal garantia de validade da técnica.

6. Referências bibliográficas

Textos fundadores e genealogia

- Aberbach, Joel D., Putnam, Robert D., & Rockman, Bert A. (1981). *Bureaucrats and politicians in Western democracies*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674020047>.
- Dexter, Lewis Anthony. (1970). *Elite and specialized interviewing*. Northwestern University Press.
- Robinson, James A. (1960). Survey interviewing among members of Congress. *Public Opinion Quarterly*, 24 (1), 127–138. <https://doi.org/10.1086/266936>.

Manuais e guias de referência

- Aberbach, Joel D., & Rockman, Bert A. (2002). Conducting and coding elite interviews. *PS: Political Science & Politics*, 35(4), 673–676. <https://doi.org/10.1017/S1049096502001142>.
- Codato, Adriano. (2015). Metodologias para a identificação de elites: Três exemplos clássicos. In Renato Perissinotto & Adriano Codato (Eds.), *Como estudar elites* (pp. 15–30). Editora UFPR.
- Harvey, William S. (2011). Strategies for conducting elite interviews. *Qualitative Research*, 11(4), 431–441. <https://doi.org/10.1177/1468794111404329>.
- Hoffmann-Lange, Ursula. (2007). Methods of elite research. In Russell J. Dalton & Hans-Dieter Klingemann (Eds.), *The Oxford handbook of political behavior* (pp. 910–928). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199270125.003.0049>.
- Thomé, Débora, López, Matias, & Moraes Silva, Graziella. (Eds.). (2025). *Como pesquisar elites no Brasil*. FGV Editora. <https://doi.org/10.5281/zenodo.17833954>.

Crítica e debates metodológicos

- Berry, Jeffrey M. (2002). Validity and reliability issues in elite interviewing. *PS: Political Science & Politics*, 35(4), 679–682. <https://doi.org/10.1017/S1049096502001166>.
- López, Matias. (2023). The effect of sampling mode on response rate and bias in elite surveys. *Quality & Quantity*, 57(2), 1303–1319. <https://doi.org/10.1007/s11135-022-01406-9>.
- Tansey, Oisín. (2007). Process tracing and elite interviewing: A case for non-probability sampling. *PS: Political Science & Politics*, 40(4), 765–772. <https://doi.org/10.1017/S1049096507071211>.

Aplicações empíricas

- Fenno, Richard F. (1978). *Home style: House members in their districts*. Little, Brown.
- Observatório das Elites Políticas e Sociais do Brasil. (s.d.). Universidade Federal do Paraná. <https://observatoriodaselites.com.br/>.
- PELA-USAL. (s.d.). *Observatorio de Elites Parlamentarias de América Latina*. Universidad de Salamanca. <https://oir.org.es/pela/>.
- Power, Timothy J., & Zucco, Cesar, Jr. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: The Brazilian legislative surveys, 1990–2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x>.
- Reis, Elisa, & Moore, Mick (Eds.). (2005). *Elite perceptions of poverty and inequality*. Zed Books. <https://doi.org/10.5040/9781350219878..>

VER TAMBÉM:

Elites políticas | Teoria das elites | Poder | Representação política | Processo decisório | Entrevista em profundidade | Análise de redes sociais

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Thomé, Débora. (2026). Entrevista com elites. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.046.